

Empreiteira ganhava mais do que pedia no Orçamento

A eficiente atuação no Congresso permitiu à Odebrecht mais que duplicar seus recursos para obras no Orçamento de 1991. Enquanto o projeto original enviado pelo Executivo destinava US\$ 268,6 milhões para projetos tocados pela empreiteira, o orçamento final sancionado pelo então presidente Fernando Collor elevava esse valor para US\$ 626,4 milhões.

A informação consta do documento "Resumo da Evolução dos Recursos de Interesse da CNO (Constrututora Norberto Odebrecht) no Orçamento de 1991", encontrado na casa do diretor da empresa Ailton Reis. No documento, apresentado à CPI pelo deputado Aloizio Mercadante (PT-SP), fica evidenciado um relacionamento próximo entre a Odebrecht e o deputado João Alves (PPR-BA), que foi o relator-geral do Orçamento de 1991, pois a empreiteira conseguiu obter do relator nada menos que US\$ 186,2 milhões em obras de seu interesse. Outros US\$ 46,6 milhões foram incluídos no orçamento pelos relatores parciais.

Outro documento obtido por Mercadante revela que a empreiteira montou um esquema para controlar o fluxo de financiamentos da Caixa

Econômica Federal e do ex-Ministério da Ação Social, de onde saíam as verbas para programas de saneamento e habitação. Chamado "Filosofia e Estratégia de Atuação", o documento afirma que "foram desenvolvidas ações no sentido de ocuparmos espaços/intimidade para total domínio das diretrizes estabelecidas pelos órgãos nos programas de contratação e desembolso na CEF e no MAS". O documento revela ainda que a Odebrecht conseguiu maior volume de contratos com a CEF que a previsão inicial: enquanto a previsão era de 140 milhões de BTNs, o realizado chegou a 234 milhões de BTNs.

De posse de documentos do inquérito PC na Polícia Federal, Mercadante mostrou que no dia 3 de fevereiro de 1992 a Odebrecht depositou um cheque de US\$ 2,7 milhões na conta da Mundial Aero-Táxi, empresa ligada à PC. Dezesete dias depois, no dia 19, o Comitê de Financiamento à Exportação aprovava um financiamento de US\$ 68 milhões para o consórcio Odebrecht/Furnas realizar obras em Angola. Ailton Reis disse que não tinha conhecimento do assunto.